

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4792505>



REVISITANDO A “AMAZÔNIA: EMOÇÕES, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS”

Gilcimar Maysonnave da Luz¹

Resumo

Esta resenha discute a obra “Amazônia: emoções, vivências e resistências” através de um estudo descritivo que tem como intuito geral revisar e debater as problemáticas socioambientais decorrentes da implantação de projetos do grande capital na Amazônia Legal. Considerando isso, este trabalho conclui que o livro analisado se caracteriza como uma obra reflexiva que sintetiza estudos de casos de violações dos direitos das comunidades tradicionais afetadas pela construção de diversos empreendimentos destacados nessa obra.

Palavras chave: Amazônia Legal; Comunidades Tradicionais; Problemas Socioambientais.

Abstract

This review discusses the book “Amazonia: emotions, experiences and resistances” through a descriptive study that has the general purpose of revisiting and discussing the socio-environmental problems arising from the implementation of large capital projects in the Legal Amazon. With that in mind, this work concludes that the book analyzed is characterized as a reflective work that synthesizes case studies of violations of the rights of traditional communities affected by the construction of various enterprises highlighted in this work.

Keywords: Legal Amazon; Socio-Environmental Problems; Traditional Communities.

A Amazônia é uma região de extrema relevância para o mundo sob vários aspectos. Com sua maior parte localizada no território brasileiro, é alvo de inúmeros problemas em níveis sociopolíticos, socioambientais, socioeconômicos e socioculturais. Considerando isso, torna-se pertinente a realização de estudos que busquem maior entendimento sobre essas questões que tornam a região tão complexa.

O presente trabalho é uma resenha do livro “Amazônia: emoções, vivências e resistências”. A importância dessa obra se ancora na premência de discutir os diversos problemas existentes na região amazônica. Além disso, o livro objetiva incentivar o olhar em relação aos conflitos sociopolíticos existentes no local em estudo, assim como busca evidenciar as resistências e as memórias de povos e comunidades estudadas nos estados de Rondônia, Acre, Roraima e Pará.

Vale destacar que o livro supracitado é organizado por Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, Ricardo Gilson da Costa Silva e Josué da Costa Silva. É um material composto por 11 capítulos e escrito por 23 autores vinculados a diversas instituições, dentre as quais é possível citar: universidades brasileiras e uma do exterior; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério Público Federal de Rondônia (MPF/RO). No tocante à metodologia, na maioria dos capítulos prevalece uma abordagem descritiva e exploratória.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: gilcimarmaysonnave@hotmail.com



No que se refere ao primeiro capítulo, segundo o autor o objetivo é apresentar a música como um possível meio de apreensão do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, um meio de se construir representações sobre o espaço. Para tanto, a metodologia utilizada junta as categorias música e espaço a partir do conceito de representações, tendo como base interpretativa as abordagens da geografia cultural e humanista, fundamentada na literatura científica.

Dentro desse contexto, o autor conceitua o termo representações interligando-o às categorias de música e espaço, levando em consideração que as produções musicais, como um fenômeno humano simbólico, refletem a cotidianidade do mundo vivido, o lugar. Partindo dessa perspectiva, o autor enfatiza a Cantoria Nordestina, em Rondônia, e o Festejo do Boi-Bumbá, em Parintins-AM, como casos em que os lugares têm suas culturas fortemente ligadas às representações musicais.

No segundo capítulo do livro, os autores realizam uma pesquisa participativa em comunidades tradicionais que vivem às margens do rio Mamu, na fronteira Bolívia-Brasil, na altura de Porto Velho-RO, usando o método fenomenológico hipotético. Nesse estudo, os pesquisadores destacam a importância poética e mítica da Mãe D'Água para os povos dessas localidades, os ribeirinhos seringueiros.

Ademais, nesse capítulo é relatado como essa e outras lendas contribuem para o imaginário, sentimento de pertencimento pelo lugar e forma de manter viva a cultura nessa parte da Amazônia. Cabe destacar que para os moradores da área estudada, a Mãe D'Água é a protetora do rio Mamu, da floresta e do homem que defende a natureza, ou seja, essa personagem seria a protetora da vida.

No tocante ao terceiro capítulo, este navega pela dinâmica referente ao gênero, buscando compreender e inserir proposições relativas a discussões amplas, almejando igualdade de gênero na nossa sociedade. Para tanto, o autor utilizou a abordagem qualitativa exploratória e o método fenomenológico em conjunto com as técnicas de história oral, observação, registro e diário de campo, para melhor apreensão do fenômeno estudado.

Dentro desse contexto, o trabalho realizado em Rio Branco-AC faz uma análise da Geografia e da Economia, da geo-história da divisão sexual do trabalho e da inserção da mulher no mundo laboral a partir da primeira Revolução Industrial. Analisa ainda a exclusão da mulher do trabalho formal, assim como a importância da Economia Solidária para o empoderamento e autonomia financeira de mulheres marginalizadas desse município amazônico brasileiro.

O quarto capítulo faz uma discussão sobre a importância da mulher na sociedade e contextualiza a situação da vulnerabilidade do gênero feminino no Brasil como sendo fruto do sistema capitalista e suas formas de opressão. Ademais, cita o processo de colonização brasileira, a destruição da posse da terra que deixou de ser um bem comum, a exploração latifundiária e a expansão industrial, dentre outros, como mecanismos opressores que resultaram e persistem em subjugar as mulheres, direcionando-as para trabalhos subalternos.

O texto em questão também faz um panorama sobre o movimento ecofeminista em nível mundial, destacando a América Latina e o Brasil. Ademais, o capítulo enfatiza o movimento como detentor de voz de luta contra o patriarcado capitalista e de denúncia contra a destruição natural. Assim, o ecofeminismo buscaria entender as origens da crise ambiental e suas consequências negativas para as mulheres. Além disso, os autores



afirmam que esse movimento prega o manejo sustentável da terra, a agroecologia, a soberania e a segurança alimentar.

O quinto capítulo busca analisar o modo de vida e a relação homem-natureza a partir de vivências do uso do espaço e da afetividade com o lugar na comunidade ribeirinha de Sacaí, em Caracaraí – RR. Nesse caso, o trabalho foi realizado a partir da perspectiva da geografia cultural e usou a fenomenologia através dos relatos orais para extrair as percepções dos moradores quanto ao seu espaço vivido.

Sendo assim, o capítulo faz uma discussão literária sobre a categoria lugar, enfatizando a geograficidade que se fundamenta na percepção, no modo de vida e nas experiências vividas. Partindo disso, o capítulo destaca os resultados de entrevistas com moradores de Sacaí, que relatam algumas problemáticas da comunidade, tais como: ausência de poço artesiano, falta de saneamento básico e tratamento adequado do lixo. Ao mesmo tempo, alguns dos entrevistados revelam seus sentimentos de pertencimento em relação ao local em que vivem, frisando o lugar como acolhedor, seguro e bom para criar os filhos.

No sexto capítulo do livro, os autores fazem uma discussão e uma análise comparativa entre os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, ambos em Rondônia. Nesse caso, os autores contextualizam o surgimento do pensamento ambiental, que prega o desenvolvimento sustentável, na segunda metade do século XX. Além disso, esse capítulo evidencia que a atual situação dos municípios mencionados está em desacordo com as resoluções políticas implementadas em conferências sobre Meio Ambiente, como em Estocolmo e na Rio 92, por exemplo.

Partindo desses pressupostos, os autores afirmam que a partir de 1990, com a implantação de áreas de preservação e conservação na região, sobretudo em Guajará-Mirim, o crescimento econômico estagnou, afetando diretamente a dinâmica socioeconômica local. Diante disso, o texto cita as problemáticas sociais e socioambientais existentes nos municípios, bem como destaca o turismo, o extrativismo e o lazer como potenciais alternativas de melhorias socioeconômicas em Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O sétimo capítulo faz uma análise discursiva sobre educação escolar indígena no contexto de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia brasileira, discutindo o papel da escola ante essa problemática. Além disso, são analisados dois aspectos: os impactos socioambientais provocados pela construção de hidrelétricas na Terra Indígena Karitiana (TIK), em Rondônia, e a proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente, no contexto escolar dos povos originários.

Com isso, os autores consideram que a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau trouxe inúmeras mazelas socioambientais para a Terra Indígena Karitiana, como o enfraquecimento de festas culturais, mudanças comportamentais, seca do igarapé Sapoti, escassez de peixes, diminuição da caça, doença na comunidade, dificuldade de plantio, dentre outras. Diante disso, os autores frisam que a escola indígena deve trabalhar pedagogicamente na proteção do território, contribuindo para a valorização da identidade étnica dos povos que habitam no local.

O oitavo capítulo faz uma análise das possíveis consequências negativas decorrentes de um projeto que visa a construção da hidrelétrica de Tabajara no município de Machadinho D'Oeste, em Rondônia. Partindo disso,



os autores fundamentam o estudo em bibliografias sobre a temática, usando casos da própria região amazônica, como as catástrofes registradas em territórios tradicionais em decorrência de empreendimentos como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará.

Nesse capítulo, os autores constataram a ausência de fidedignidade no Estudo de Impactos Ambientais apresentado pelo consórcio responsável pelo projeto, tendo em vista que o estudo em questão não menciona os povos tradicionais que vivem nas proximidades e que serão diretamente prejudicados, alguns pela inundação de suas terras de plantio e caça, outros pela seca do rio e dos igarapés, causando assim déficit em seu meio de subsistência, além de possíveis mudanças de comportamentos em toda a dinâmica sociocultural desses povos.

O nono capítulo discorre sobre construções de infraestruturas na região amazônica e suas consequências nas populações tradicionais, discutindo como essas construções influenciam na desterritorialização e desestruturação do modo de vida desses povos, além de afetar a renda de subsistência desses grupos. Nesse caso, as autoras fazem uma análise dos conflitos em torno dos múltiplos usos da água na Vila Teotônio durante o processo de implantação da hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia.

Dentro desse contexto, o texto destaca que foi tirado o direito dos moradores da Vila Teotônio quanto ao que prega a Política Nacional dos Recursos Hídricos, especialmente no que concerne aos múltiplos usos da água, devido à remoção dessas pessoas de sua antiga localidade. Dentre outros déficits, os moradores perderam sua forma de organização territorial: passaram da dinâmica das águas para a de terra firme, perdendo o perfil ribeirinho. Assim, a principal fonte de renda passou do pescado para o auxílio concedido pela construtora da hidrelétrica; o pescado agora é só para subsistência.

No décimo capítulo é feita uma análise do avanço e do desenvolvimento do capitalismo através do agronegócio na Amazônia brasileira. Nesse caso, a autora objetiva compreender os conflitos fundiários e territoriais envolvendo povos amazônicos que vivem e trabalham nas Terras, Águas e Florestas (TAFs), bem como o agronegócio em Belterra – Pará.

Partindo desse entendimento, o texto aborda os discursos ideológicos que têm causado expropriação e domínio territorial em Belterra, expulsando o campesinato agroextrativista de suas terras/territórios com a conivência do poder municipal. Diante disso, os povos tradicionais têm usado diferentes mecanismos de resistência frente ao avanço do agronegócio sojeiro na região. Uma dessas estratégias é união via sindicato, que incentiva os agricultores familiares a não venderem suas terras ao capital monocultor.

O décimo primeiro capítulo, por sua vez, faz uma análise da produção do espaço geográfico pan-amazônico, destacando, numa perspectiva geo-histórica, a formação de cidades gêmeas na linha de fronteira Brasil-Bolívia-Peru. Para tanto, o autor faz uma pesquisa bibliográfica, além de realizar consultas cartográficas históricas regionais, assim como um levantamento de articulações comerciais entre algumas cidades do Acre (BRA), Pando (BOL) e Madre de Dios (PER), na zona de fronteira dos países citados.

Nesse texto, o autor afirma que o processo de formação da fronteira internacional que compreende o estado do Acre foi iniciado no século XVIII, concluindo-se no começo do século XX. Além disso, o pesquisador relata que o surgimento das cidades nessa região fronteira está atrelado ao comércio da borracha de outrora e



destaca a importância de cidades como Cobija (BOL) para a geoeconomia da região, assim como enfatiza que tais localidades têm múltiplas funções geoespaciais, como integração entre os países e representação geopolítica dos Estados.

A partir da leitura e da resenha do livro, é possível compreender que a obra é direcionada à sociedade em geral, mas, sobretudo, aos que lutam em defesa da região amazônica. Isso porque grande parte da obra em análise constitui uma denúncia aos desmandos cometidos pelos agentes capitalistas responsáveis por imprimir uma territorialidade que desterritorializa os povos e comunidades tradicionais da Amazônia e que causa sérios danos ambientais, com a conivência do Estado brasileiro.

Por fim, é válido considerar que a obra tem relevância por evidenciar as problemáticas enfrentadas pela região amazônica brasileira na atualidade, bem como por mostrar as potencialidades de desenvolvimento sustentável da região que podem e devem ser colocadas em prática. Dessa forma, é possível compreender que há em curso a destruição das características socioambientais da região. Diante disso, é pertinente questionar: até que ponto o projeto de “desenvolvimento” em curso na região vale a pena?

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; SILVA, Josué da Costa (orgs.). **Amazônia: emoções, vivências e resistências**. Porto Velho: EDUFRO, 2021, 275 p.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima